

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo

Class.: 154

Data 24 de dezembro de 1976

Pg.:

Cimi reage à expulsão do Alto Purus e critica Funai

Prefeito recorre a Falcão

Do Correspondente em CUIABÁ

Alarmado com a crescente onda de violência em seu município e diante da incapacidade da polícia para conter o que classifica de "sanha criminosa", o prefeito de Barra do Garças, Valdon Varjão, pediu ontem ao ministro Armando Falcão a intervenção de forças federais para o restabelecimento da ordem. Ao mesmo tempo, enviou telegrama ao governador Garcia Neto informando que, somente na localidade de Ribeirão Bonito (onde há dois meses foi assassinado o padre João Bosco Burnier), cinco pessoas foram mortas nos últimos dias.

No pedido enviado a Falcão, o prefeito faz referência ao telegrama destinado ao governador — sem resposta ou providência, ainda — e sugere que as forças do 58º Batalhão de Infantaria de Aragarças sejam utilizadas para restabelecer a ordem "abalada por assassinos e desordeiros que ameaçam o povo, intranquilizando a população e as autoridades da localidade".

Varjão adverte ainda que a insegurança na região estimula a ação de agitadores que vêm, "por meio da distorção da verdade, procurando projetar negativamente o governo perante a opinião pública".

Na tarde de ontem, o secretário particular de Garcia Neto, Armando Modesto, informou que o gabinete do governador nada tinha a dizer sobre o telegrama recebido de Barra do Garças, enquanto o chefe de gabinete da Secretaria da Segurança, Nobel Cuiabano, acrescentava que não havia recebido nenhuma ordem do governador para a tomada de medidas especiais na região.

Fundado há pouco mais de cinco anos, o povoado de Ribeirão Bonito, localizado a 300 quilômetros da sede do município de B. do Garças é constituído quase exclusivamente de posseiros que chegaram à área em busca de terras, vindos das mais diferentes regiões do País.

Muitos desses posseiros acabaram expulsos pelos fazendeiros e hoje vivem no vilarejo, trabalhando como bóias-frias. Nos arredores de Ribeirão Bonito, permanecem mais de 300 famílias, que ainda enfrentam a perseguição de fazendeiros e grileiros. Diversas mortes provocadas pelas disputas de terra registraram-se nos últimos dois anos.

Do correspondente em RIO BRANCO

A coordenação da Regional Norte I do Conselho Indigenista Missionário Cimi divulgou um documento protestando contra a atitude da presidência da Funai que expulsou três agentes pastorais que se encontram a serviço da prelazia do Acre e Purus, atuando na área indígena da tribo kulina, na região do Alto Purus e boca do rio Chandless.

É curioso e ao mesmo tempo revoltante que um telegrama de meia dúzia de palavras tenha a força de anular o compromisso firmado, em outubro passado, entre o general Ismarth de Araújo Oliveira e o bispo da prelazia do Acre e Purus, quando, naquela ocasião, o presidente da Funai além de conceder autorização expressa para os três agentes desenvolverem atividades missionárias junto àquela tribo solicitou, inclusive, a proposta de um convênio entre a Funai e a referida prelazia", diz o documento do Cimi.

Os indigenistas do Cimi expulsos pela Funai são Darcy Sechi, que se encon-

tra em Santo Amaro, na boca do rio Chandless, afluente do Purus, junto aos índios kulina. Marta Callove, que está em Maronaua, e Rosa Monteiro que é volante, atuando junto às populações ribeirinhas.

Essa atitude veio precipitar um rompimento entre a Igreja e a Funai no Estado, que estava sendo contornado por conversações diretas entre o bispo e o general Ismarth de Araújo Oliveira. No entanto na região do Alto Purus e da boca do rio Chandless as divergências entre os representantes da Igreja e da Funai já eram conhecidas, principalmente entre o indigenista Célio Horst e os três missionários do Cimi. Segundo a Regional Norte-I do Cimi, em Rio Branco, os seus agentes pastorais estão sendo atastados da área porque vinham defendendo os direitos dos povos indígenas de recuperar e garantir suas terras "Ou talvez porque a Funai não esteja gostando das denúncias que a prelazia faz a respeito das injustiças que se cometem contra as populações indígenas do Acre", diz o documento do Cimi.

Igreja vai debater o "momento brasileiro"

Da Sucursal do RIO

A responsabilidade da Igreja no atual momento brasileiro é uma das prioridades a ser incluída no plano bienal que orientará a atuação da Conferência Nacional dos Bispos CNBB — durante o período 1977-1978. Ao incluir tal assunto em sua linha de trabalho, julga a CNBB que o atual momento brasileiro "levanta graves problemas, envolvendo diretamente exigências de justiça social, para cuja superação a Igreja não pode se eximir da responsabilidade de trazer a sua colaboração específica". Esse será precisamente um dos assuntos que os bispos estarão discutindo na próxima reunião da Comissão Episcopal de Pastoral, no dia 28.

Os outros assuntos são comunidades eclesiais de base, pastoral urbana e pastoral familiar, as outras três prioridades incluídas no plano bienal.

A continuação das comunidades eclesiais de base como prioridade na ação da CNBB demonstra que o episcopado brasileiro está disposto a continuar atuando para fortalecer essa forma de ação comunitária. Além de se enquadrar na orientação do Concílio Eumênico Vaticano II, valorizando a atuação dos leigos e das bases, as comunidades de base são consideradas no Brasil como uma saída para a falta de sacer-

dotes e uma resposta atual ao desejo da Igreja de se inserir na realidade social concreta.

CIDADES

O principal objetivo de se colocar a pastoral das cidades entre as prioridades é a necessidade de se criar condições para uma atuação mais adequada a atual realidade brasileira. A Igreja está preocupada com o rápido processo de urbanização da população brasileira, com o crescimento de sordenado de algumas cidades e a mudança de estilo de vida.

Na opinião dos redatores desse documento, esse estilo de vida urbano se projeta para praticamente todo o interior do país, devido aos meios de comunicação. Uma das dificuldades que a Igreja enfrenta é exatamente o fato de sua experiência se manifestar principalmente através das paróquias, que nem sempre respondem às necessidades urbanas. É que as paróquias já não se adaptam às novas condições: ou são grandes demais para atingir suas próprias bases ou pequenas para atingir a cidade como um todo.

FAMÍLIA

Ao repetir a prioridade da família no próximo plano bienal, a CNBB quer aprofundar os trabalhos desenvolvidos nos últimos anos e debater novos aspectos do problema, tais como a insegurança que caracteriza o relacionamento homem-mulher.

Rangel condena paternalismo

Da Sucursal de BRASÍLIA

O ministro Rangel Reis, do Interior, afirmou ontem em Brasília que a meta para o próximo ano é a emancipação das comunidades

indígenas, dando-lhes outras perspectivas. "É preciso — acentuou — acabar com a má fé e a ignorância dos que apóiam o paternalismo da Funai".

Disse, também, que o presidente da Funda-

ção, general Ismarth Oliveira, tem compromisso firmado com ele e com o presidente da República nesse sentido. E concluiu: "Precisamos deixar de lado o pensamento de que o índio é um ser diferente".